

# Considerações sobre o Novo Acordo Ortográfico

*Maria Bernadete M. Abaurre*

[babaurre@matrix.com.br](mailto:babaurre@matrix.com.br)

IEL/Unicamp

23 de março de 2009

Você não faz ideia  
do que mudou na  
Língua Portuguesa?

Fica tranquilo!

Para de se preocupar,  
seja auto-suficiente e  
consulte o *Míni Houaiss*.



Moderna

Chegou o *Míni Houaiss*: o primeiro dicionário brasileiro integralmente adaptado ao acordo ortográfico da Língua Portuguesa, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2009.



Texto publicitário publicado na contracapa da revista *Língua Portuguesa*, ano III, no. 35, Setembro de 2008

O NAO entrou em vigor em 01.01.2009

No Brasil: período de transição de **quatro** anos.

Em Portugal: período de transição de **seis** anos.

Nesse período, durante o qual se adaptarão os livros didáticos, as gramáticas, os dicionários os documentos públicos e os concursos, conviverão as duas grafias.

# Histórico e objetivos do Acordo

# De 1986 até os dias atuais

- **1986** – Reunião de representantes dos sete países de língua portuguesa no Rio de Janeiro resulta nas Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa de 1945 (nunca foram implementadas).
- **1990** – Surge o *Acordo de Ortografia Simplificada entre Brasil e Portugal para a Lusofonia*, nova versão do documento de 1986.

Principais negociadores do Acordo:

Pelo Brasil: Atônio Houaiss (ABL)

Por Portugal: João Malaca Casteleiro (Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa. Autor do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2001, ACL)

# Um parêntese...

“Considerando que o projecto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa (...) constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional,

Considerando que o texto do acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos países signatários (...)”

(seguem-se: lista dos países signatários, 4 artigos e as assinaturas)

- **1995** – Brasil e Portugal aprovam oficialmente o documento de 1990 (assinado pelos representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe), que passa a ser reconhecido como Acordo Ortográfico de 1995 (no Brasil: **Decreto Legislativo no. 54 de 1995**).
- **1998** – No Primeiro Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa fica estabelecido que todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) devem ratificar as normas propostas no Acordo Ortográfico de 1995 para que este seja implantado.



- **2002** – O Timor Leste torna-se independente e passa a fazer parte da CPLP.
- **2004** – Com a aprovação do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, fica determinado que basta a ratificação de três membros para o acordo entrar em vigor. No mesmo ano, o Brasil ratifica o acordo.
- **2006** – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe ratificam o documento, possibilitando a entrada em vigor do acordo.
- **2008** – Portugal aprova o acordo ortográfico.

# Objetivos e justificativa

Principal objetivo do novo acordo ortográfico:

“Unificar a ortografia da língua portuguesa que, atualmente, é o único idioma do ocidente que tem duas grafias oficiais - a do Brasil e a de Portugal”.

## Justificativa apresentada:

- O português é língua oficial de oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (cerca de 230 milhões de falantes).
- A unificação facilitará a circulação de materiais, como documentos oficiais e livros, entre esses países, sem que seja necessário fazer uma “tradução” do material.

- O fato de haver duas grafias oficiais dificulta o estabelecimento do português como um dos idiomas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Segundo o texto oficial do acordo, ele “constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional”.

## Segundo o MEC:

- “com o acordo, as diferenças ortográficas existentes entre o português do Brasil e o de Portugal serão resolvidas em 98%”.
- “A unificação da ortografia acarretará alterações na forma de escrita em 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5%, no Brasil”.

## Segundo Antônio Hualis:

- “Portugal, o Brasil e os cinco países africanos de língua portuguesa reconhecem que a inexistência de uma única ortografia oficial traz não apenas dificuldades de natureza linguística, mas também de natureza política. Daí o esforço desses países em efetivar o novo Acordo”.

- “O novo texto da unificação é menos radical que o proposto em 1986 e atende de forma mais satisfatória às necessidades linguísticas dos diferentes países que falam o Português, evitando, assim, a **desagregação do idioma**”.
- “São dois os objetivos básicos do Acordo: o primeiro é fixar e delimitar as diferenças atualmente existentes entre os falantes da língua; o segundo é criar uma comunidade que constitua uma unidade linguística expressiva, ampliando seu prestígio junto aos organismos internacionais”.

- “O novo Acordo privilegia o critério fonético em detrimento do etimológico, ou seja, é o critério de pronúncias que justifica a existência de grafias duplas e a supressão das consoantes ‘mudas’ ou não articuladas”.

Houaiss, A. *A Nova Ortografia da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática.  
1991.



# O texto do Novo Acordo: estrutura

Estruturado em 21 bases, sobre os temas:

- Alfabeto e grafia de nomes próprios estrangeiros (Base I)
- Uso do h (Base II)
- Grafemas consonânticos (Base III)
- Sequências consonânticas (Base IV)
- Vogais átonas (Base V)
- Vogais nasais (Base VI)
- Ditongos (Base VII)
- Acentuação gráfica (Bases VIII, IX, X, XI, XII, XIII)

- Uso do trema (Base XIV)
- Uso do hífen (Bases XV, XVI, XVII)
- Uso do apóstrofo (Base XVIII)
- Uso de letras maiúsculas e minúsculas (Base XIX)
- Divisão silábica (Base XX)
- Grafia de assinaturas e firmas (Base XXI)

# As principais modificações

Fonte: Faraco, C. A.

*Mudanças ortográficas no horizonte.*

Publicado originalmente em: [ww.cbncuritiba.com.br](http://ww.cbncuritiba.com.br)

Reproduzido em:

[www.museudalinguaportuguesa.org.br](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br)

# I. Acentuação

a) desaparece o acento circunflexo do primeiro *o* em palavras paroxítonas terminadas em *oo*, seguidas ou não de *s*:

*vôo, enjôo, abençôo* ⇒ *voo, enjoo, abençoo*;

b) desaparece o acento circunflexo das formas verbais da terceira pessoa do plural terminadas em *-eem*:

*lêem, dêem, crêem, vêem* ⇒ *leem, deem, creem, veem*;

c) deixam de ser acentuados os ditongos abertos *éi* e *ói* das palavras paroxítonas:

*idéia, assembléia, heróico, paranóico* ⇒ *ideia, assembleia, heroico, paranoico*;

d) fica abolido, nas palavras paroxítonas, o acento agudo no *i* e no *u* tônicos precedidos de ditongo:

*feiúra, baiúca* ⇒ *feiura, baiuca*;

e) fica abolido, nas formas verbais rizotônicas, o acento agudo do *u* tônico precedido de *g* ou *q* e seguido de *e* ou *i*.

*averigúe, apazigúe e argúem* ⇒ *averigue, apazigue, arguem*;

f) deixa de existir o acento agudo ou circunflexo nas palavras paroxítonas que, tendo vogal tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras átonas.

Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico:– *para*, flexão do verbo *parar*, e *para*, preposição; – *pela(s)* (é), substantivo e flexão do verbo *pelar*, e *pela(s)*, combinação da preposição *per* e o artigo *a(s)*;– *polo(s)* (ó), substantivo, e *polo(s)*, combinação antiga e popular de *por* e *lo(s)*; – *pelo* (é), flexão de *pelar*, *pelo(s)* (ê), substantivo, e *pelo(s)* combinação da preposição *per* e o artigo *o(s)*;– *pera* (ê), substantivo (fruta), *pera* (é), substantivo arcaico (pedra) e *pera* preposição arcaica.

- A reforma de 1971 aboliu os acentos circunflexos diferenciais. Manteve esse acento apenas para a forma verbal *'pôde'*. O texto do Acordo mantém esta exceção e acrescenta, facultativamente, o uso do acento na palavra *fôrma*.

- O Acordo manteve a duplicidade de acentuação (acento circunflexo ou agudo) em palavras como *econômico/económico, acadêmico/académico, fêmur/fémur, bebê/bebé*.

Esta acentuação reflete o timbre fechado (mais freqüente no Brasil) e o timbre aberto (mais frequente em Portugal e nos demais países lusófonos) das pronúncias cultas das vogais nestes contextos, por isso não foi alterada.

As duas formas passam a ser aceitas em todo o território da lusofonia e devem ambas constar dos dicionários.



## II. Uso do hífen

### a) Nas palavras e expressões compostas:

O Acordo manteve inalteradas as disposições anteriores, determinando apenas que devem ser grafados sem hífen certos compostos **nos quais se perdeu a noção de composição** (*mandachuva* e *paraquedas*, por exemplo, mas guarda-chuva).

“Para saber quais compostos perderão o hífen, teremos de esperar a publicação do novo Vocabulário Ortográfico pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras. O texto do Acordo prevê a aglutinação, dá alguns exemplos e termina o enunciado com um etc. – o que, infelizmente, deixa em aberto a questão.”

b) Nas palavras formadas por prefixação:

Emprega-se o hífen quando:

- o segundo elemento começa por *h* (*pré-história, super-homem, pan-helenismo, semi-hospitalar*)

Exceção: manteve-se a regra atual para as palavras formadas com os prefixos *des-* e *in-*, grafadas sem hífen (*desumano, inábil, inumano*).

- o prefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento (*contra-almirante, supra-auricular, auto-observação, micro-onda, infra-axilar*)

Exceção: manteve-se a regra atual em relação ao prefixo *co-* (*coordenação, cooperação, coobrigação*)

Aboliu-se o uso do hífen quando:

- o segundo elemento começa com *s* ou *r*, devendo estas consoantes ser duplicadas (*antirreligioso, contrarregra, infrassom, minissaia, ultrarromântico*).

Exceção: manteve-se o hífen quando os prefixos terminam com *r*, ou seja, *hiper-, inter- e super-* (*hiper-requintado, inter-resistente, super-revista*).

- quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com uma vogal diferente (*extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, antiaéreo, agroindustrial, hidroelétrica*).

Observação: permanecem inalteradas as demais regras do uso do hífen.

## Atenção, revisores de texto!

Na Base XX (Da divisão silábica) do Acordo, lê-se:

“Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, **por clareza gráfica**, repetir-se o hífen no início da linha imediata”

ex-

-alferes

serená-

-los-emos

### III. O trema

O trema fica abolido pelo Acordo:

*lingüística, cinqüenta, seqüestro* ⇒ *linguística,  
cinqüenta, sequestro*

Obs.: mantém-se este diacrítico apenas em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: *mülleriano* (de *Müller*)

## IV. Sobre o alfabeto do português

- Passa a ser constituído de 26 letras, com a incorporação do **K**, do **W** e do **Y**.
- Essas letras continuam a ser usadas apenas em casos especiais (antropônimos: *Darwin*; topônimos: *Kuwait*; siglas: *KLM*; símbolos: *kg* [quilograma] e unidades de medida: *kilowatt*).

## V. Sobre maiúsculas e minúsculas

- Uso obrigatório das maiúsculas

Em antropônimos, topônimos, nome de seres mitológicos ou antropomorfizados, nomes de instituições, nomes de festividades, títulos de periódicos, nomes de pontos cardeais empregados absolutamente (Nordeste, por nordeste do Brasil), siglas, símbolos, iniciais de abreviaturas (Sr.)

- **Uso facultativo das maiúsculas:**

Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (*português/Português, letras/Letras*); em palavras usadas reverencialmente ou hierarquicamente (*santa/Santa Genoveva, doutor/Doutor Magalhães*); em categorizações de logradouros públicos, templos, edifícios; nos bibliônimos, após o primeiro elemento, que é sempre grafado com maiúscula (*Menino de engenho/Menino de Engenho*).



## VI. Além disso...

O Acordo, na Base XVIII (Do apóstrofo), incorpora, sob a forma de proibição, uma tradição gramatical de rejeição à contração da preposição com o artigo ou pronome em construções com infinitivo: *É difícil explicar o fato de os eleitores por vezes preferirem votar em candidatos com ficha suja...*

Passa a constituir erro de ortografia, portanto, a grafia: *... O fato dos eleitores por vezes preferirem...*

(embora, segundo E. Bechara [*Moderna gramática portuguesa*], essa contração seja atestada em vários escritores clássicos da língua).

**Algumas dúvidas**

As maiores dúvidas dizem respeito ao uso do hífen

- no caso das palavras compostas, como interpretar a observação, na Base XV: “certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: *girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc*”?.

Como afirmar que a noção de composição se perdeu em formações com verbo+substantivo como *mandachuva*, mas não em *guarda-chuva*? Em *paralama* e *parabrisa*, mas não em *para-choque*? Quem decide? Os autores do Novo VOLP, membros da Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL (Eduardo Portella, Evanildo Bechara e Alfredo Bosi), tiveram de solucionar problemas como esse para lançar a obra em março de 2009.

- No caso do prefixo *re-*, o NAO é omissivo. Há dúvidas sobre a escrita de palavras como *re-eleger*, *re-escrever*. Por ser átono, deveria o *re-* seguir a regra aplicável a *pre-* (*prever*, mas *pré-escola*) e a *pro-* (*promover*, mas *pró-africano*) e aglutinar-se ao elemento seguinte?
- Essa foi a solução adotada pelo VOLP. Segundo Bechara, o NAO apresenta alguns “silêncios normativos” (sic), o que criou a necessidade de interpretação do espírito do documento por parte dos membros da Comissão responsável pela preparação do novo VOLP...

# Questões frequentes

Consultar lista de 17 FAQ's (questões frequentes) sobre o NAO no site da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):

[www.cplp.org](http://www.cplp.org)

Um exemplo:

Questão 14: Mas se o critério fonético está subjacente às alterações, o Português falado é alterado?

Não. A forma falada do Português não sofrerá qualquer alteração, no curto prazo (embora não seja de excluir que, no futuro, o “p” que os portugueses utilizam em *baptismo* e pronunciam muito levemente, venha a desaparecer)

(...)

# A polêmica



Há defesa do/oposição ao NAO tanto em Portugal como no Brasil. As discussões, no entanto, têm sido muito mais acaloradas em Portugal.

- para um exemplo do “tom” das discussões em Portugal, ver posts no blog oficial da *Petição em Defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico*, do Prof. António Emiliano (linguista e filólogo, Universidade Nova de Lisboa), em:

[www.emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com](http://www.emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com)

- Artigos sobre o NAO do escritor Vasco Graça Moura, um dos mais ferrenhos opositores do Acordo, em Portugal.

- para uma defesa do NAO no Brasil, ver texto de Carlos Alberto Faraco (membro da Comissão para a Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa do MEC), *Uma mudança necessária*, no site do Museu da Língua Portuguesa:

[www.museudalinguaportuguesa.org.br](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br)

Alguns problemas apontados por Faraco com relação à dupla ortografia:

- impedimentos à livre circulação, nos países lusófonos, de livros com ortografia brasileira, o que força a existência de “traduções”, aumenta em muito os custos editoriais e causa prejuízos culturais e econômicos ao Brasil.
- Impedimento a ações conjuntas na certificação de proficiência em português como língua estrangeira e na promoção internacional da língua.

“(...) o melhor resultado do Acordo é o fim da duplicidade de ortografias. Esta duplicidade não seria, em princípio, um problema, já que as diferenças não são de tal monta que interfiram na compreensão dos textos.

No entanto – e este é um ponto que raramente aparece nos debates –, Portugal transformou a duplicidade de ortografias em um instrumento político para embaraçar a presença brasileira seja na relação com os demais países lusófonos, seja na promoção internacional da língua. No fundo (...), Portugal teme a ‘brasilianização da língua’ (afinal, 85% dos falantes estão aqui) e tenta nos neutralizar, praticando uma política da língua que busca sempre nos deixar em plano secundário”.

# Para pensar (sobre as escritas “marginais”)...

Lemle, Miriam. *Reforma ortográfica: uma  
questão linguística ou política?*

Em: Boletim da ABRALIN 1, pp. 18-24. 1981



SEJA BEM  
VINDO E  
ESPRIMENTE A  
LÍNGUIÇA

@misto



**MILHO  
CONZINHADO**

**FIADO  
SÓ NO**





SABIA QUE ACABA  
DE SER ASSINADO O

# Novo ACORDO ORTOGRÁFICO?

MAIS UM  
TROÇO INÚTIL,  
EMPURRADO  
GOELA ABAIXO!



NÃO DIGA SANDICES,  
MEU JOVEM.  
PERCEBA A  
GRANDEZA DESSE  
MOMENTO.



ESTAMOS FALANDO DA  
UNIFICAÇÃO DO NOSSO  
IDIOMA ESCRITO.  
DA PADRONIZAÇÃO  
DA LÍNGUA!



ESTE LIVRO, POR EXEMPLO,  
JÁ ESTÁ ADAPTADO.  
É DE PORTUGAL E PODE SER  
PUBLICADO POR AQUI SEM  
MUDAR UMA  
VÍRGULA  
SEQUER.



HÚMMA...  
\*- SAINDO DA BICHA,  
FUI TOMAR UMA BICA  
ANTES DE IR COMPRAR  
UM PAR DE  
PEÚGAS.\*?!



BICA...?  
PEÚGAS...??

ALÁ!  
NÃO FALEI?!  
NÃO FALEI?!



CRUDEL

Uma opinião...

RL: Como o acordo de unificação ortográfica é visto em Moçambique?

MC: De uma maneira muito displicente. Percebe-se que não é isso que falta, nem que vá resultar grande coisa. É como se fosse uma questão só de Portugal e Brasil. Meus livros são publicados no Brasil com grafia moçambicana, que é portuguesa, e ninguém me disse que ficou muito atrapalhado com isso. **Leio com enorme prazer os livros brasileiros e um dos prazeres é o fato de vocês terem uma grafia distinta. A existência dela não é problema, pois sentir certa falta de familiaridade mostra que ali está um outro povo, uma outra cultura falando.**

*Mia Couto: A voz de Moçambique.* (Entrevista concedida a Luiz Costa Pereira Junior.  
**Revista Língua Portuguesa**, ano III, no. 33, pp. 12-16).

A morte é como o umbigo: o quanto nela existe é a sua cicatriz, a lembrança de uma anterior existência. A bordo do barco que me leva à ilha de Luar-do-Chão não é senão a morte que me vai ditando suas ordens. Por motivo de falecimento, abandono a cidade e faço a viagem: vou ao enterro do meu avô Dito Mariano.

Cruzo o rio, já é quase noite. Vejo esse poente como o desbotar do último sol. A voz antiga do Avô parece dizer-me: depois deste poente não haverá mais dia. E o gesto gasto de Mariano aponta o horizonte: ali onde se afunda o astro é o mpela djambo, o umbigo celeste. A cicatriz tão longe de uma ferida tão dentro: a ausente permanência de quem morreu. No Avô Mariano confirmo: morto amado nunca mais pára de morrer.

(Mia Couto. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, dois parágrafos iniciais.

São Paulo: Companhia das Letras.2003 [2002])

(...), Me apetece deitar, me anichar na terra macia. Deixo cair ali a mala onde trago os cadernos.

Uma voz interior me pede para que não pare. É a voz de meu pai que me dá força. Venço o torpor e prossigo ao longo da estrada. Mais adiante segue um miúdo com passo lento. Nas suas mãos estão papéis que me parecem familiares. Me aproximo e, com sobressalto, confirmo: são os meus cadernos. Então, com o peito sufocado, chamo: *Gaspar!* E o menino estremece como se nascesse por uma segunda vez. De sua mão tombam os cadernos. Movidas por um vento que nascia não do ar mas do próprio chão, as folhas se espalham pela estrada. Então, as letras, uma por uma, se vão convertendo em grãos de areia e, aos poucos, todos os meus escritos se vão transformando em páginas de terra.

(Mia Couto. *Terra Sonâmbula*, parágrafo final. São Paulo: Companhia das Letras.2007 [2002])